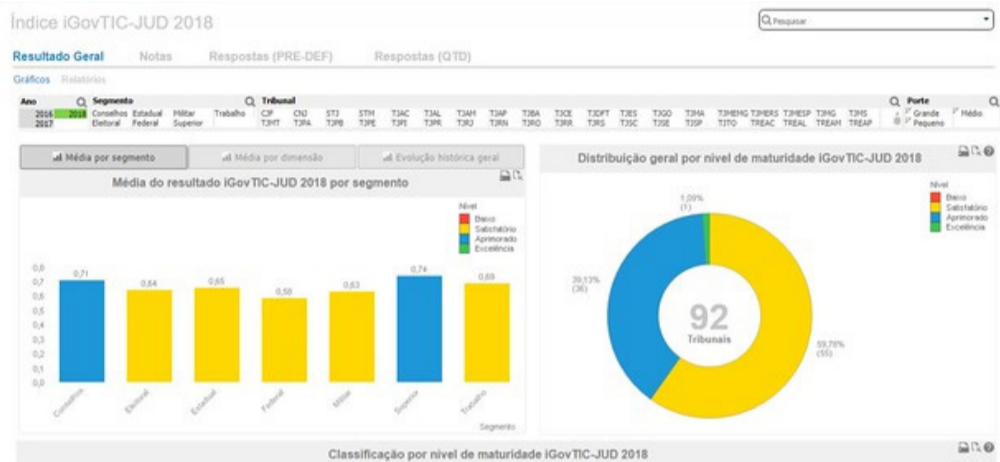


## Pesquisa revela evolução na governança da tecnologia do Judiciário



O Poder Judiciário brasileiro apresentou, nos últimos três anos, uma sensível evolução em termos de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação. É o que mostra pesquisa do Conselho Nacional Justiça (CNJ) junto aos 92 órgãos de Justiça do país – o que inclui todos os tribunais e conselhos, com exceção do Supremo Tribunal Federal (STF). O levantamento concluiu que os conselhos e tribunais apresentam níveis de excelência, aprimorados ou satisfatórios em termos de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

É primeira vez que o CNJ consolida uma série histórica de levantamento do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD) e disponibiliza os dados detalhados de cada órgão do Poder Judiciário por meio de Painéis Interativos. O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), que executou a pesquisa, disponibilizou no Portal do CNJ, por meio da ferramenta QlikView, o relatório com Resultado Geral do iGovTIC-JUD, além dos Resultados Sintetizados, divididos em três domínios e em sete dimensões, relativos à série histórica desde 2016.

Para a obtenção do índice iGovTIC-JUD, são aplicados questionários com cerca de 300 itens respondidos pela área de tecnologia dos órgãos do Poder Judiciário brasileiro. De acordo com o chefe de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ, Sidney Martins Pereira Arruda, o relatório completo – com todas as questões aplicadas e as respectivas repostas – proporciona embasamento para que cada tribunal avalie os resultados e desenvolva planos e estratégias para melhoria do índice.

Considerando os resultados por segmentos, de acordo com a pesquisa, os conselhos, com índice de 0,71, e os tribunais superiores, com índice de 0,74, apresentaram “Nível Aprimorado” no Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD) de 2018. Nos dois anos anteriores, esses órgãos se encontravam um nível abaixo e receberam a classificação satisfatória. Já os tribunais eleitorais, estaduais, federais, militar e do trabalho,

com índices variando entre 0,64 e 0,69, alcançaram “Nível Satisfatório” em 2018. Apesar de receberem a mesma classificação nos anos anteriores, esse segmento apresentou evolução nos índices.

A avaliação geral por nível de maturidade mostra que, em 2016, 15 órgãos do Poder Judiciário (16,30% do total), apresentavam um nível baixo. A maioria – 71 órgãos (77,17%) – alcançaram nível satisfatório. Com nível aprimorado, eram seis órgãos (6,52%). Em 2017, 69 órgãos (75%) apresentaram índice satisfatório e 23 (25%), nível aprimorado. Em

2018, 26 órgãos, equivalentes a 39,13% obtiveram o nível aprimorado; 55 órgãos, ou 59,78%, foram classificados como satisfatório. Já o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) foi o único que alcançou o “Nível de Excelência”. Em termos percentuais, ele representa 1,09%.

“Ao mesmo tempo em que saímos de uma situação inicial de 15 órgãos classificados com maturidade baixa em 2016 para zero em 2018, tivemos uma evolução expressiva no número de órgãos classificados com nível de maturidade “Aprimorado”, tendo passado de seis em 2016 para 36 em 2018. Ademais, o exercício de 2018 foi o primeiro a registrar um órgão no nível máximo de maturidade”, aponta o relatório.

Os 92 órgãos do Poder Judiciário pesquisados são compostos por dois conselhos, quatro tribunais superiores, 27 tribunais eleitorais, 27 tribunais estaduais, cinco tribunais federais, três tribunais militares e 24 tribunais do trabalho. Nesse universo, 27 órgãos são considerados de grande porte, 30 de médio porte e 35 são de pequeno porte.

Fonte: CNJ

## Inteiro Teor: universidade tem que estabelecer critérios diferentes de avaliação para surdos



O programa Inteiro Teor desta semana começa mostrando a decisão do TRF1 que beneficia quem tem deficiência auditiva: a Universidade Federal do Piauí deve estabelecer diferentes critérios de avaliação de provas discursivas e de redações para candidatos com essa limitação e descrever as especificações em edital.

Confira também: o caso de uma mulher que foi condenada pelo recebimento irregular de dinheiro do Bolsa Família, programa que visa auxiliar famílias em situação de pobreza, e a determinação do TRF1 para que o município de Caxias/MA providencie a defensoria pública com base no direito à assistência judiciária integral e gratuita, prevista na Constituição Federal.

O programa vai ao ar na TV Justiça no próximo sábado, 11 de maio, às 11h, e será reprisado no domingo, dia 12, também às 11h. Após a exibição na TV, o Inteiro Teor fica disponível no canal do TRF1 no YouTube. (Fonte: TRF1)

### Aniversariantes

**Hoje:** Euler Negreiros Cardoso (Turma Recursal), Antônio Luiz Dias (NUCJU), Márcia Nilo do Vale Miguel (23ª Vara), Blandson de Oliveira Soares (Vitória da Conquista), Letícia Dantas Duarte (Itabuna), Karine Pereira Araújo (Eunápolis) e Karine Evelin Souza da Cruz Lima (23ª Vara). **Amanhã:** Juiz federal Saulo José Casali Bahia (11ª Vara), Rannieri Facundo de Almeida (Paulo Afonso), Ana Paula Rocha Santos (Bom Jesus da Lapa) e Fábio de Santana Costa (VIPAC). **Domingo:** Francisca Coelho de Rose da Silva (Eunápolis), Marcelo Tony Patterson de Almeida (3ª Vara), Moysés Barbosa de Castro Dourado (2ª Vara), Letícia dos Santos Cabral Freitas (Paulo Afonso) e José Bonfim (Tectenge). **Segunda-feira:** Cíntia Araújo Lima (Feira de Santana), Danyelle Vaz Modesto (Itabuna), Ducieneia Nunes Oliveira Luna (Mega Service) e Moema da Silva Lima (Viverde).

**Parabéns!**

**ESMAF**

**VI Fórum Jurídico**

ESMAF – Núcleo da Seção Judiciária do Estado da Bahia

**Análise Econômica do Direito e seus Reflexos no Âmbito Espacial dos Direitos Humanos e Sociais**

(Educação – Meio Ambiente – Habitação e Moradia – Saúde – Previdência Social)

**Políticas Públicas**

Coordenação Geral-Científica  
Desembargador Federal Souza Prudente

Coordenação Científica  
Juiz Federal Saulo José Casali Bahia

Coordenação Pedagógica  
Juiz Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos

**Dia 10/05/2019 de 9 às 18h**

**Seção Judiciária do Estado da Bahia**  
Auditório do Forum Teixeira de Freitas  
Av. Ulysses Guimarães, 2799, Sussuarana, Salvador/BA

e-mail para inscrição: [esmaf@trf1.jus.br](mailto:esmaf@trf1.jus.br) Telefone: (61) 3217-6646

**EXPEDIENTE:** Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** [portal.trf1.jus.br/sjba](http://portal.trf1.jus.br/sjba) **E-mail:** [jfh@trf1.jus.br](mailto:jfh@trf1.jus.br).